

Vigilância Epidemiológica: Ferramenta para Eliminação da Discriminação Racial

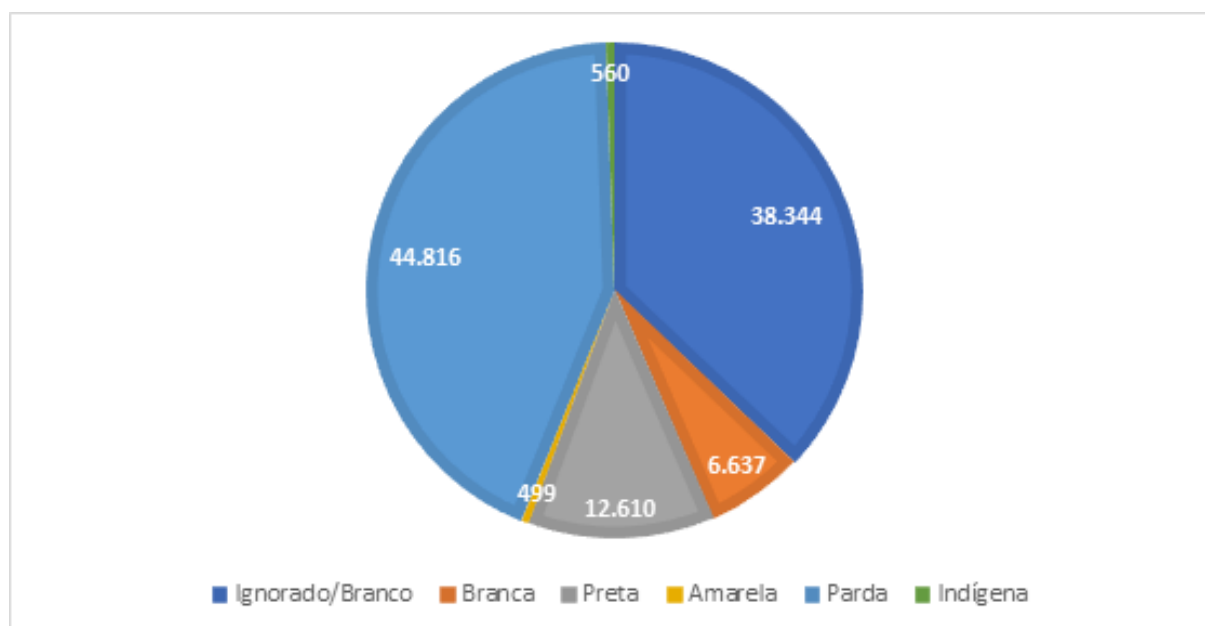
Edição Nº 02, Ano 2020

O mês de março tem um marco relevante na busca por equidade, a data de 21/03, Dia Internacional de Luta pela Eliminação da Discriminação Racial. Na Política Estadual de Atenção Integral à Saúde da População Negra¹ (Decreto nº 14.720), de 29 de agosto de 2013, destacam-se 02 princípios: II) não discriminação por motivo de raça, cor, descendência, nacionalidade, origem étnica ou social, gênero, orientação sexual e faixa etária; e IV) igualdade da assistência à saúde, sem preconceitos ou privilégios de qualquer natureza.

A sociedade brasileira foi estruturada, historicamente, em um contexto de extrema desigualdade e cultura de base escravagista. Os negros, aqui considerados como o conjunto de pretos e pardos que assim se autodeclararam, constituem um grupo social identificado pelas condições de vida que apresentam, determinadas pela falta de acesso à educação de qualidade, serviços de saúde e informação de um modo geral, condições precárias de moradia, emprego e renda, além das trajetórias individual e familiar, permeadas pela discriminação, enfermidades atinentes à sua condição social e violência.

Na Bahia, o perfil populacional, decorrente de um processo de ocupação territorial pelos negros africanos, fruto da diáspora, indica que as políticas públicas tem uma população alvo bem definida, com características próprias e passível a toda uma gama de desigualdades, quando comparada à população branca, o que pode ser facilmente observado no gráfico abaixo, referente à Figura 1:

Figura 1: Número de casos de violência por raça/cor, segundo o ano. Bahia, 2009 – 2019*.



Fonte *SESAB/SUVISA/DIVEP/CODANT/Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN. Última atualização realizada em 25/02/2020.

Dados acessados em 28/02/2020.

Vigilância Epidemiológica: Ferramenta para Eliminação da Discriminação Racial

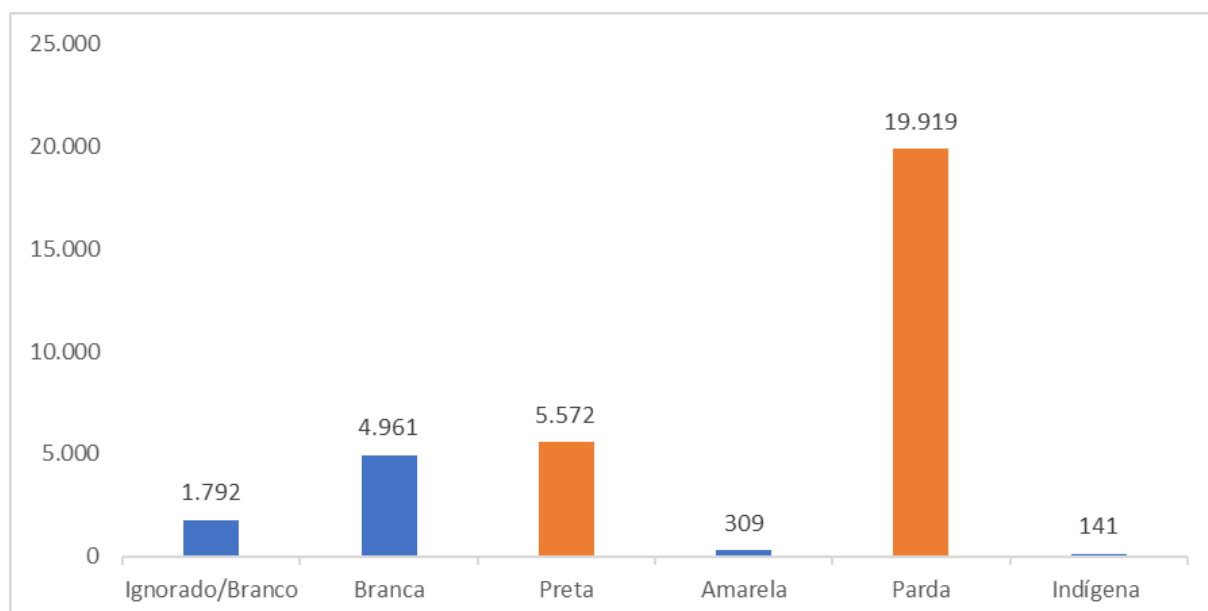
Do total de 103.466 casos notificados de violência, no período de 2009 a 2019, 57.426 (55%) foram relacionados a pessoas negras e 6.637 (6%) a pessoas brancas.

No âmbito da saúde o racismo assume a condição de determinante social. O Sistema Único de Saúde atende majoritariamente a população negra, sendo ela a sua principal demandante. Contudo, relatos de usuários que sofreram discriminação pelo médico e equipes de saúde, dificuldade de ter acesso aos serviços ofertados e o descaso com a qualificação dos trabalhadores de saúde sobre a saúde da população negra evidenciam que o racismo institucional está presente no cotidiano dos serviços e práticas de cuidado ofertados².

Segundo a Cartilha do Programa de Combate ao Racismo Institucional³, ao recuperar a III Conferência Internacional contra o Racismo, ocorrida em 2001, o racismo institucional é definido como “o fracasso coletivo de uma organização em prover um serviço profissional e adequado às pessoas por causa de sua cor, cultura ou origem étnica. Ele pode ser visto ou detectado em processos, atitudes ou comportamentos que denotam discriminação resultante de preconceito inconsciente, ignorância, falta de atenção ou de estereótipos racistas que coloquem minorias étnicas em desvantagem”.

Desse modo, as doenças que acometem a população negra tem a negligência e a falta de detecção precoce como as consequências diretas da discriminação e racismo institucional. O Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) alerta que 02 enfermidades, a tuberculose e a hanseníase, acometem principalmente pessoas pobres, pretas e pardas, levando-as, em muitos casos, à morte.

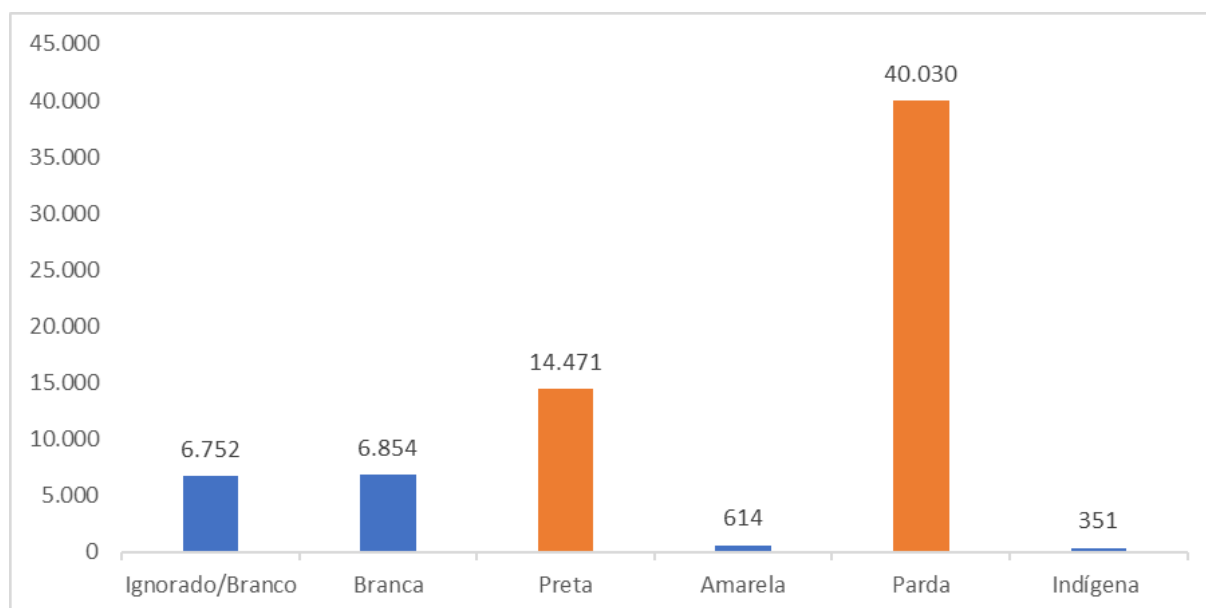
Figura 2: Número de casos de hanseníase por raça/cor, segundo o ano. Bahia, 2009 – 2019*.



Fonte : *SESAB/SUVISA/DIVEP/CODANT/Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN. Última atualização realizada em 25/02/2020.

Dados acessados em 02/03/2020

Figura 3: Número de casos de tuberculose por raça/cor, segundo o ano. Bahia, 2009 – 2019*.



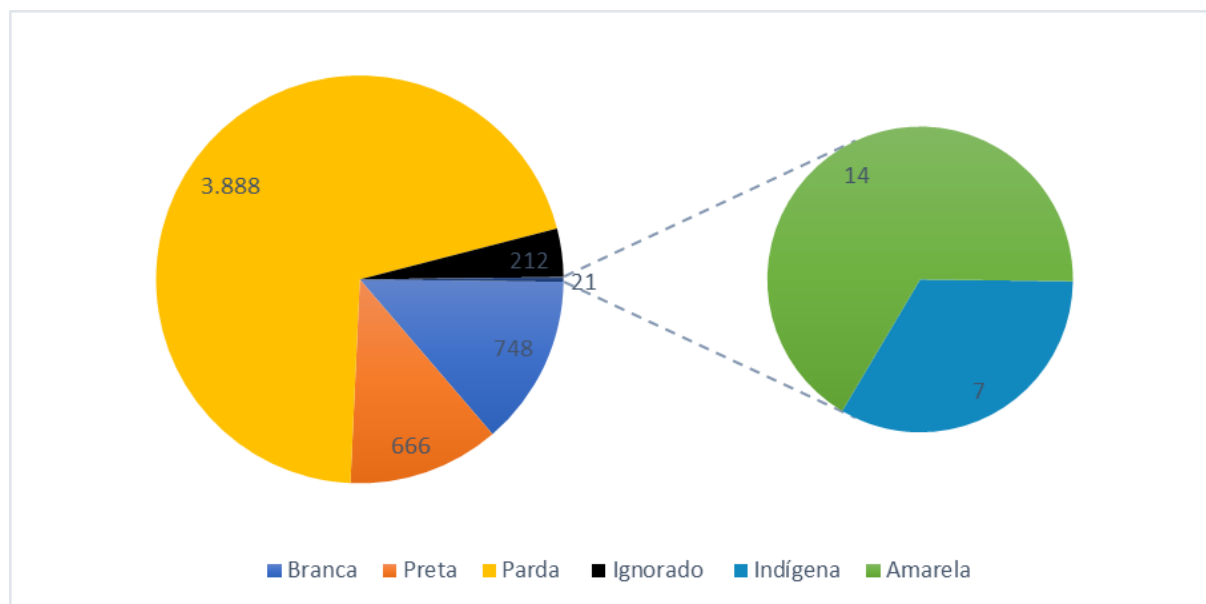
Fonte : *SESAB/SUVISA/DIVEP/CODANT/Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN. Última atualização realizada em 25/02/2020. Dados acessados em 02/03/2020.

Quando se trata da doença falciforme, que se manifesta desde o nascimento da criança, o desconhecimento acerca dela ou não realização do exame para sua detecção, contribui de forma contundente para a redução da expectativa de vida das pessoas, na média de 39 anos de idade.

Outro ponto a ser considerado diz respeito à saúde mental desta população. Viver em condições existenciais que submetem, constantemente, um grupo de indivíduos a situações de vulnerabilidade social pela pobreza e baixa escolarização, violência de vasta tipologia, discriminação e invisibilidade afetam o seu bem estar e autoestima, levando-as a crer em um estado natural na tessitura social de submissão, falta de acesso aos direitos e equidade. É preciso que sejam feitos investimentos no campo da pesquisa acerca dessa correlação. Através dela poderia ser analisada se há conexão entre as ocorrências de suicídio e as dificuldades e desafios enfrentados pela população negra.

Vigilância Epidemiológica: Ferramenta para Eliminação da Discriminação Racial

Figura 4: Número de casos de suicídio por raça/cor, segundo o ano. Bahia, 2009 – 2019*.



Fonte : *SESAB/SUVISA/DIVEP/CODANT/Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN. Última atualização realizada em 25/02/2020. Dados acessados em 02/03/2020.

Para que haja mudança nesse contexto, acima descrito, é preciso que sejam implementadas Ações Promotoras de Mudança (APM). Em conformidade com a Política Estadual de Atenção à Saúde da População Negra, são elas:

- Uso do quesito raça/cor nas informações produzidas pela epidemiologia, com vistas à elaboração, operacionalização, monitoramento e avaliação de políticas públicas;
- Fortalecimento do Programa de Combate ao Racismo Institucional;
- Formulação e/ou revisão dos programas de atendimento aos agravos mais prevalentes na população negra;
- Formulação e/ou revisão das Redes Integradas de Serviços de Saúde do SUS/Bahia, com a finalidade de inclusão do recorte étnico-racial;
- Qualificação permanente dos trabalhadores que atuam no SUS, voltada para a saúde da população negra e aspectos sociais e históricos específicos deste grupo social.

Referências:

¹ BAHIA. Governo do Estado. Secretaria da Saúde. Decreto nº 14.720 de 29 de Agosto de 2013 – Institui a Política Estadual de Atenção Integral à Saúde da População Negra.

² LAGES, Sônia Regina Corrêa *et al.* O preconceito racial como determinante social da saúde – a invisibilidade da anemia falciforme. Revista Interinstitucional de Psicologia, 10 (1), jan-jun, 2017, 109-122. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/gerais/v10n1/11.pdf>. Acessado em 17 de janeiro de 2020.

³ BAHIA. Governo do Estado. Secretaria da Saúde. Programa de Combate ao Racismo Institucional. Bahia, 2014.

EXPEDIENTE

Diretoria de Vigilância Epidemiológica

Jeane Magnavita da Fonseca Cerqueira

Coordenação de Vigilância Epidemiológica de Doenças e Agravos Transmissíveis - COAGRAVOS

Maria Aparecida Figueredo Rodrigues

GT - Causas Externas

Jamile Oliveira Lima

Residente - Irani Santos Silva

Projeto gráfico: Sergio Valverde

(71) 3116.0045 / divep.dant@gmail.com @saude.ba.gov.br